

Avançam propostas que proíbem porte de armas

■ Subcomissão aprova projeto de César Borges que torna o porte crime inafiançável

■ Apenas militares, policiais, seguranças e esportistas poderiam utilizar armamentos

■ Na comissão mista, o deputado Greenhalgh sugere proibição do porte de armas no país até 2005

■ Relatório tenta consolidar mais de 70 projetos que tramitam na Câmara e no Senado

Waldemir Rodrigues



SEGURANÇA Ao lado do senador Edison Lobão, o deputado Greenhalgh (E) apresenta relatório à comissão mista

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública do Senado aprovou ontem à noite projeto substitutivo do senador César Borges às propostas em tramitação no Senado que tratam do porte de armas. O projeto proíbe o porte de armas por cidadãos comuns. Já na comissão especial mista que trata do assunto, o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh apresentou relatório restringindo o uso de armas e tornando inafiançável o crime pelo porte ilegal. Os parlamentares que integram a comissão – responsável pela consolidação de mais de 70 projetos que tramitam no Congresso – devem votar o relatório amanhã.

Página 3

PLENÁRIO

Produção de semente terá maior controle

O Plenário aprovou projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. A responsabilidade pela qualidade das sementes comercializadas no país passa a ser dos produtores e técnicos de produção.

Página 5



Waldemir Rodrigues

Empresa pagará benefício a trabalhadora

O pagamento do salário-maternidade, hoje a cargo do INSS, voltará a ser feito pela empresa.

Página 5

Augusto defende o consumidor

Projeto do senador Augusto Botelho (PDT-RR) pretende incluir no Código de Proteção e Defesa do Consumidor a proibição, em contratos, de cláusulas que surpreendam o consumidor, as chamadas "cláusulas surpresas". A decisão será terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),



Augusto Botelho

ou seja, uma vez aprovada pela comissão, a matéria só será examinada em Plenário caso haja recurso de pelo menos um décimo dos senadores.

O senador recordou que, quando foi aprovado o código, o Executivo vedou a cláusula que continha essa proibição, por considerá-la redundante.

Antero Barros questiona ação do governo

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) comentou artigo do colunista Elio Gaspari publicado no jornal *Folha de S. Paulo*. A reportagem, denominada "O colesterol bom (PIB) cai; o ruim (DJS) sobe", foi publicada em 2 de julho. Segundo o senador, a matéria é oportuna por tratar dos resultados obtidos pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o momento.

O artigo lido por Antero critica o anúncio, feito pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, de que o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá 1,5%.

Agenda



Empréstimo do Banco Mundial em Plenário

Na pauta de votação da sessão de hoje, às 14h30, projeto de resolução que solicita autorização para contratação de crédito de até US\$ 404 milhões junto ao Banco Mundial, referente ao segundo empréstimo daquela instituição destinado ao ajuste do setor público. Segundo o Ministério da Fazenda, os recursos passarão a compor as reservas externas do país.

Intimação de procuradores na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça reúne-se hoje, às 10h, para votar projeto de autoria da Presidência da República, e já aprovado pela Câmara dos Deputados, que trata da intimação dos representantes

judiciais dos estados e do Distrito Federal em processos nos quais as entidades que representam sejam parte. A matéria recebeu parecer favorável de Pedro Simon (PMDB-RS) – foto.



Educação vota Política Nacional do Livro

A reunião da Comissão de Educação (CE), que deve votar, entre outros itens, projeto do senador José Sarney (PMDB-

AP) que institui a Política Nacional do Livro, se realiza hoje, às 10h. O colegiado também deve votar renova-

ções e concessões de rádios comunitárias. A comissão é presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).

Pesquisadores falam sobre exploração sexual

Para ouvir os coordenadores da pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e comercial (Petraf), Marcel Hazeu, Welinton da Silva e Rosário da Costa



Ferreira, a comissão parlamentar mista de inquérito que investiga violência e exploração sexual contra crianças se reúne hoje, às 10h. A comissão é presidida por Patrícia Saboya (PPS-CE) – foto.

CPI ouve ministro da Justiça

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos – foto –, recebe em audiência, marcada para as 10h, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, que investiga as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil por meio das contas CC-5. Às 16h, a CPI também terá audiência com o embaixador uruguaio Agustín Espinosa.



Sarney recebe Zilda Arns

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje Gervásio de Oliveira, secretário no Amapá; Osvaldo Siciliano, da Câmara Brasileira do Livro; embaixador João Carlos Gomes; dom Orani Tempesta, bispo de São José do Rio Preto; Zilda Arns, da Pastoral da Criança; e Airtton Dipp, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

CRE analisa acordos

Presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) tem reunião a partir das 17h para discutir diversos projetos que tratam de acordos de cooperação e serviços entre o Brasil e países da América Latina.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Pinheiro

CRESCIMENTO Sérgio Guerra destaca depoimentos negativos de personalidades

Sérgio Guerra alerta para pessimismo

Sérgio Guerra (PSDB-PE) comentou matéria publicada no jornal *O Globo*, em 1º de julho, intitulada "Piva descarta espetáculo do crescimento". Feita pelo jornalista Adauri Antunes Barbosa, a reportagem serve, na opinião do senador, para alertar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre "o pessimismo que tomou conta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social com relação às perspectivas de crescimento econômico para o segundo semestre de 2003".

A matéria traz várias declarações dos participantes da reunião do conselho ocorrida em 30 de junho, em Brasília. O "espetáculo do crescimento" não deve acontecer neste segundo semestre, segundo avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva. Ele acredita em melhoria apenas em 2004.

Segundo o ministro Tarso Genro, "as condições para a retomada do crescimento econômico passam pela preservação da estabilidade macroeconômica, pela criação de políticas combinadas de estímulo ao investimento e pela ampliação do mercado, sendo esse um processo demorado".

Para Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp, a valorização do câmbio e a falta de capacidade de investimento público comprometem o equilíbrio de longo prazo da economia. Já o presidente do Banco Itaú, Roberto Setúbal, está otimista com relação ao segundo semestre. Ele acredita que haverá queda nas taxas de juros, que poderão chegar a 20% ainda este ano, e que o Produto Interno Bruto (PIB) deve ser maior que o do ano anterior.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



CONSENSO Substitutivo de César Borges (E) foi aprovado pela Subcomissão de Segurança, presidida por Tasso Jereissati

Senadores reúnem projetos em tramitação

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública aprovou, na noite de ontem, texto substitutivo apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA) a quatro projetos de lei em tramitação no Senado que tratam de armas de fogo. O projeto, que torna o porte dessas armas crime inafiançável, ainda será votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – da qual faz parte a subcomissão – e no Plenário.

Além do presidente da subcomissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e do relator, participaram da reunião os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Renan Calheiros (PMDB-AL) – autor de um dos projetos –, Aloizio Mercadante (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS), assim como o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

Jereissati afirmou que, uma vez aprovado o projeto, César Borges e Greenhalgh irão buscar pontos de convergência de seus relatórios para que as matérias obtenham consenso nas duas Casas do Congresso.

Em linhas gerais, o projeto restringe o porte de armas, que será autorizado apenas para in-

tegrantes das Forças Armadas, órgãos policiais, órgãos federais de inteligência, guardas municipais, empresas de segurança e entidades esportivas que demandem uso de armas.

Debate

O senador Garibaldi Alves Filho manifestou sua preocupação em se obter a legislação "a mais eficiente e restritiva possível". Para Pedro Simon, seria melhor que primeiro se desarmassem os criminosos para, depois, os que usam armas para defesa pessoal. César Borges, em resposta, afirmou que o que se pretende combater com o projeto "é a violência, o crime fortuito" praticado por quem não é criminoso mas tem acesso a armas de fogo.

Aloizio Mercadante disse que o Poder Legislativo está fazendo sua parte aprovando o projeto, afirmando que o Brasil é o país onde mais se mata com armas de fogo em todo o mundo. O senador Renan Calheiros ressaltou ser uma falácia falar em arma de defesa, já que todo bandido surpreende a vítima em sua ação. O presidente da comissão parabenizou o relator pelo trabalho realizado.

Adiada a instalação de comissão mista especial

Foi adiada ontem a instalação da Comissão Mista Especial do Desarmamento, destinada a discutir a fiscalização da posse, do porte e da comercialização de armas em todo o território nacional. Nesse encontro, os parlamentares elegeram o presidente, o vice-presidente e o relator da comissão.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), integrante da comissão, explicou que deve conversar com o presidente do Senado, José Sarney, para definir cla-

ramente o papel do colegiado. O deputado Michel Temer (PMDB-SP) também deve conversar com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, sobre o assunto.

Atualmente estão em atuação a Comissão Especial Mista do Porte de Armas (que é temporária) e a Subcomissão Permanente de Segurança Pública, criada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal.

Relator pede proibição do porte de armas até 2005

Proposta que será votada amanhã por comissão especial do Congresso proíbe porte e comércio

O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), relator da comissão especial mista que analisa projetos relacionados com armas, pediu ontem a proibição do porte de arma de fogo em todo o território nacional, com exceção apenas para os profissionais que atuam na área de segurança. Ele incluiu na proibição a compra e venda, até que um referendo popular, marcado para outubro de 2005, decida se libera ou não a comercialização de armamentos (veja detalhes do relatório no quadro abaixo).

A proposta foi apresentada aos parlamentares integrantes da comissão, que irão decidir sobre sua aprovação amanhã, às 9h30. Caso seja acolhida, ainda deverá passar por votações no Senado e na Câmara dos Deputados. Pelo texto, quem possuir ou mantiver sob guarda, dentro da residência, arma de fogo ou munição, ou quem vender, emprestar ou transferir a posse de arma estará sujeito a uma pena de reclusão de um a quatro anos.

Por outro lado, quem fabri-



CONTROLE Pela proposta de Greenhalgh (E), referendo em 2005 decidirá se proibição de porte e comércio de armas será mantida

car, vender, ceder ou adquirir armas sem autorização estará sujeito a uma pena de três a seis anos de reclusão. Em todos os casos a pena será acrescida em 50% se o crime for cometido pelas pessoas cujo porte é permitido, como os policiais.

Tramitação

À Comissão Especial Mista coube a tarefa de condensar numa só legislação os mais de 70 projetos em tramitação no Congresso que tratam sobre porte de arma. O presidente do colegiado, senador Edison Lobão (PFL-MA), informou que o relatório, caso venha a ser aprovado, seguirá para exame das Comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara.

Em seguida, a proposta vai a votação, em regime de urgência, nos Plenários das duas Casas do Congresso Nacional antes do fim da convocação

extraordinária, marcado para o dia 31 de julho.

O relator da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, César Borges (PFL-BA), que estava presente na reunião, não vê maiores contradições nas propostas sugeridas pelos dois colegiados, com exceção de um único ponto que considera polêmico: a imediata proibição da comercialização de armas de fogo no país. Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) enalteceu o trabalho de ambos os colegiados. Aloizio Mercadante (PT-SP) voltou a defender regras mais duras na comercialização de armas de fogo.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), autor do projeto que proíbe a comercialização de armas de fogo e de munição no país, ressaltou que o lobby dos fabricantes de armas contra a medida "está sendo vencido".

Proposta é baseada em 77 projetos de lei

O relatório apresentado pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) é uma tentativa de contemplar os projetos de lei que tratam do porte de arma no Brasil. Ao todo, tramitam atualmente 70 projetos de lei na Câmara e sete no Senado, todos tratando da Lei nº 9.437, de 1997, que instituiu o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e estabeleceu condições para o registro e o porte. Além dessas propostas, Greenhalgh aproveitou sugestões do Ministério da Justiça para compor um projeto de lei único sobre o tema.

Entre as modificações trazidas pela proposta de Greenhalgh estão:

- Manutenção do porte apenas para policiais federais, civis, rodoviários federais, militares, além de bombeiros, guardas municipais e penitenciários, integrantes das Forças Armadas e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e funcionários de empresas de segurança privada. No entanto, os dois últimos não poderão portar arma fora de serviço.
- A instituição de uma taxa de R\$ 650, que será cobrada para cada um dos serviços relativos às armas (porte, registro e segunda via de documento).
- Aumento da pena para crimes como porte ilegal, venda ou importação não autorizada. E também penas maiores para quem adulterar a numeração das armas ou possuir artefatos com componentes substituídos, como armas com cano serrado.
- Proibição de venda de armas até outubro de 2005, quando será realizado um referendo popular sobre o tema.
- Proibição da venda para menores de 25 anos. Atualmente a proibição é para menores de 21.
- Apresentação periódica de documentos como comprovante de ocupação, endereço e aptidão psicológica.



CPI DO BANESTADO

Ministro Adylson Motta, relator da auditoria das contas CC-5 no TCU, diz que Banco Central sonegou informações ao órgão durante as investigações

IDELI SALVATTI



É impossível que as autoridades constituídas do país permitam uma coisa de tal porte acontecer desde 1996

HERÁCLITO FORTES



Precisamos ter cuidado para nos ater aos fatos. Nessa CPI tomaremos lições para fechar o sorvedouro de dinheiro

PEDRO SIMON



Fatos denunciados devem ser levados ao presidente Lula, que deve abrir as portas do governo para as investigações

JEFFERSON PÉRES



No caso das contas CC-5, o Banco Central, que não tem acesso ao sigilo bancário, agiu no estrito cumprimento da lei

ROMEU TUMA



É preciso registrar o notável esforço do Tribunal de Contas da União em obter os dados necessários à investigação

BC sabia das contas CC-5, diz ministro Motta

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adylson Motta afirmou ontem, em depoimento na CPI Mista do Banestado, que seria "virtualmente impossível a fiscalização do Banco Central (BC) não perceber que algo de errado estava ocorrendo nas contas CC-5". As irregularidades foram apuradas analisando dados do próprio BC e de outras instituições do governo, mas, disse Motta, técnicos do banco dificultaram "de todas as formas possíveis" a fiscalização do órgão sobre evasão de divisas.

No TCU, Motta relatou processo relativo às operações financeiras por meio das contas do tipo CC-5 realizadas por agências bancárias em Foz do Iguaçu (PR). O presidente da CPI, senador Antero Paes de



EVASÃO Antero (C) ouviu o ministro Adylson Motta (D) revelar ontem à CPI que Banco Central teria sonegado informações ao TCU

Barros (PSDB-MT), destacou que o tribunal foi a primeira instituição a registrar que havia algo errado naquelas contas. Motta apresentou relatório

revelando, por exemplo, que entre 1991 e 1998 foram transferidos para o exterior pelas CC-5 US\$ 84 bilhões líquidos.

O ministro acrescentou que

Célio Azevedo

as duas auditorias realizadas no Banco Central sobre movimentação das contas entre 1996 e 1997, para averiguar denúncias da imprensa, e entre 1998 e 1999, a pedido do Congresso, "foram comprometidas pela sonegação de informações por parte do BC".

– O sigilo bancário tem sido usado recorrentemente para impedir e dificultar as fiscalizações que o TCU faz em nome do Congresso. Assim, o BC sonega informações ao Congresso Nacional – ressaltou o ministro.

O TCU buscou então informações em outros órgãos, como a Receita Federal e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Motta recomendou à CPI que tente apurar por que apenas cinco bancos foram autorizados

a movimentar valores acima de R\$ 10 mil em contas CC-5. Segundo o Banco Central, disse Motta, só cinco instituições teriam pedido essa autorização, mas não foi possível apurar se essa informação é verdadeira. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) relatou que técnicos do BC ouvidos pela CPI comunicaram que houve mais pedidos.

A auditoria do TCU, de 1998, recomenda que o então diretor da Área Internacional do Banco Central, Gustavo Franco, seja responsabilizado por irregularidades ocorridas nesses procedimentos, já que foi durante sua gestão que o BC autorizou o transporte de moeda brasileira por carros-forte de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este, no Paraguai, pela Ponte da Amizade.

US\$ 84 bilhões saíram em oito anos

A cidade de Foz do Iguaçu (PR) movimentou, entre 1996 e 1998, o equivalente a mais da metade dos recursos financeiros de todo o estado de São Paulo e o triplo do que movimentou o Rio de Janeiro. As informações foram dadas pelo ministro Adylson Motta, do TCU, em seu depoimento à CPI do Banestado. Na ocasião, os valores em reais estavam equivalentes ao dólar e foram considerados, para esses dados, somente valores superiores a R\$ 500 mil.

Os demais dados apresentados pelo ministro indicam que:

- de 1991 a 1998 saíram do país via contas CC-5 US\$ 84 bilhões. Só em 1998, até o dia 27 de novembro, foram R\$ 23,2 bilhões;
- entre 1996 e 1998, havia 205 contas CC-5 em bancos estrangeiros. Nesse período houve 25 mil operações superiores a R\$ 500 mil. Dessas, 95% eram de pes-

soas jurídicas e atingiram R\$ 60 bilhões. Desses recursos, R\$ 39 bilhões ocorreram em 137 contas CC-5;

- em Foz do Iguaçu, quatro pessoas jurídicas fizeram 2.600 movimentações, referentes a R\$ 8,5 bilhões;
- os bancos envolvidos foram Banestado, Banco do Brasil, Banco Araucária, Bemge e Banco Real;
- pela circular autorizativa do Banco Central, as agências dos cinco bancos po-

deriam receber depósitos e efetuar saques em reais, liberados aos correntistas para compras no Paraguai. Essa norma também permitia aos comerciantes mandarem de volta os recursos ao Brasil para depósito naquelas agências bancárias;

- os principais destinos dos recursos evadidos foram bancos das Bahamas, Paraguai, EUA, Uruguai e Ilhas Cayman.

▼ Foz do Iguaçu tem mais de 500 processos

O aumento das denúncias de crime de lavagem de dinheiro levou o Conselho da Justiça Federal a autorizar, em maio, a criação de varas federais especializadas em processar e julgar delitos contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem de dinheiro em todo o país. Os três estados do Sul foram os primeiros a instalar as varas, ainda no mês passado.

No Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tramitam 1.502 pro-

cessos envolvendo os dois tipos de crime, dos quais mais de 500 vêm da cidade de Foz do Iguaçu. A extensão do crime na cidade deve-se à fronteira do Brasil com o Paraguai e às facilidades encontradas anteriormente para enviar recursos para o exterior por meio das contas CC-5. Fortaleza, outra cidade que está sendo investigada por abrigar denúncias de lavagem de dinheiro, também instalou a vara especializada em junho.

Cidade virou um centro de lavagem de dinheiro

O ministro Adylson Motta disse ontem não saber com que objetivo foram liberadas as remessas das contas CC-5 de Foz do Iguaçu, mas com certeza "as autorizações especiais contribuíram para transformar Foz do Iguaçu em um dos maiores centros de lavagem de dinheiro do mundo". A afirmação foi em resposta à senadora Ideli Salvatti, que questionou se a liberação do limite das contas CC-5 "teria dado um viés de paraíso fiscal ao Brasil".

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse acreditar que não será possível descobrir quem enviava o dinheiro via contas CC-5, mas "tomaremos lições para fechar o sorvedouro".

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) relatou que o caso precisa ser investigado por procuradores da República, e sugeriu que os fatos denunciados sejam levados ao presidente Lula

da Silva pelo relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP).

Ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), o ministro Adylson Motta informou que, apesar de o BC não ser obrigado legalmente a quebrar o sigilo bancário para o TCU, no caso das contas CC-5, tal contribuição "é esperada". Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou o esforço do TCU em obter os dados necessários à investigação.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros, apresentou requerimento pedindo ao Banco Central para explicar quem são as quatro pessoas jurídicas responsáveis pelos grandes envios de recursos via contas CC-5. O TCU identificou essas figuras, mas as apresentou ao tribunal em dados "cifrados", segundo o ministro. Adylson Motta pediu ajuda à comissão para decodificar esses dados.

CPI DO BANESTADO

Gustavo Franco deverá depor na próxima semana

O relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado que apura a evasão de divisas do país por meio das contas CC-5, deputado José Mentor (PT-SP), comunicou sua decisão – acatada pelos membros da comissão – de convocar o ex-presidente e ex-diretor do Banco Central Gustavo Franco para depor na próxima terça-feira. O economista deverá explicar operações de transferências de recursos ocorridas durante sua atuação naquele órgão, especialmente no ano de 1996, quando foi editada portaria autorizativa para transporte de valores por carros-fortes na fronteira entre

Brasil e Paraguai.

O presidente da CPI, Antero Paes do Barros, informou que pretende implementar requerimentos aprovados pelo grupo, um da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e outro do deputado Roberto Freire (PPS-PE), que solicitam formação de comissão para ir aos Estados Unidos coletar, junto aos órgãos americanos, dados sobre depósitos bancários oriundos do Brasil ali realizados. Para Antero, a viagem está se tornando "imprescindível" à medida que avançam as apurações e o melhor momento para que ela ocorra deverá ser após os depoimentos das autoridades brasileiras.

Ex-diretor do Banco Central é responsabilizado pelo TCU

Além de indicar a responsabilidade do ex-diretor da Área Internacional do Banco Central Gustavo Franco por irregularidades ocorridas nos procedimentos de transferência de recursos para o exterior, o relatório de auditoria, emitido em 1998 pelo Tribunal de Contas da União, também determinou que o ex-diretor fosse multado por atos lesivos ao interesse nacional. A informação foi dada pelo ministro do TCU Adylson Motta ontem, na reunião da CPI do Banestado.

De acordo com Motta, a auditoria apurou que, na gestão de Gustavo Franco, em 1996, o BC autorizou o transporte de moeda brasileira por carros-fortes de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este, no Paraguai. O TCU considerou que o ato foi ilegal e provocou enormes perdas financeiras para o país.

A multa aplicada ao ex-diretor foi de R\$ 23 mil. Gustavo Franco recorreu, e o processo está sendo analisado pelo ministro Walton Alencar Rodrigues, daquele tribunal.

Magno Malta fala sobre o Fome Zero em Nova York

O senador Magno Malta (PL-ES) esclarece que, ao contrário do que vem sendo noticiado pela imprensa, não está em Nova York, nos Estados Unidos, para fazer qualquer tipo de investigação relacionada à

CPI do Banestado, e sim para participar de seminário em que falará sobre temas como o programa Fome Zero, a situação política no Brasil, violência e prevenção ao uso de drogas.

Criado Sistema Nacional de Sementes e Mudanças

Plenário aprova projeto que amplia legislação atual e estabelece regras para todo o país

A criação do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças foi aprovada ontem pelo Senado Federal. O sistema, na prática, transfere a responsabilidade pela qualidade da semente produzida e comercializada no país para produtores e técnicos de produção. O projeto determina que cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecer as normas e fiscalizar sua aplicação. O relator da matéria, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), destacou a importância das novas regras de produção, certificação e comercialização de mudas e sementes no Brasil.

O sistema abrange o Registro



APOIO Relator da matéria, Eduardo Azeredo destaca a importância do sistema

Nacional de Cultivares e o Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RNSM). Terão inscrição obrigatória no RNSM as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas. Produtores de comuni-

José Cruz

dades locais, indígenas e agricultores familiares estão desobrigados da inscrição.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiou o projeto e alertou para a situação financeira da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O senador José Agripino (PFL-RN) lembrou que o novo sistema complementa a lei de cultivares e deve incentivar o setor agrícola.

Osmar Dias (PDT-PR) salientou que as novas regras são resultado de extensos debates entre a comunidade científica e empresários do setor. Alberto Silva (PMDB-PI) também saudou a decisão do Plenário e elogiou o trabalho da Embrapa. Para Roberto Saturnino (PT-RJ), a nova regulamentação levará prosperidade ao campo. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou o apoio unânime ao projeto e Aelton Freitas (PL-MG) disse que pequenos produtores serão beneficiados.

Empresas voltam a pagar seguro-maternidade

O Senado aprovou ontem projeto de lei que restabelece o pagamento, pelas empresas, do benefício do salário-maternidade devido às empregadas gestantes. A proposição prevê que a empresa pagará o salário-maternidade – hoje feito diretamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – e será compensada no momento do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos à pessoa física que lhe preste serviço.

O projeto teve parecer favorável da senadora Fátima Cleide (PT-RO) e vai à sanção presidencial. "A medida beneficia as empregadas gestantes, proporcionando a elas maior con-



AGILIDADE Fátima Cleide ressalta a redução da burocracia para acesso ao benefício

forço e proteção à saúde, já que haverá uma sensível diminuição de requerimentos perante as agências da Previdência Social", afirma a senadora em seu relatório.

Ainda de acordo com o pro-

jeito, de autoria do Executivo, o INSS continuará responsável pelo pagamento do salário-maternidade à segurada adiantada, "em razão da necessidade de melhor análise e controle da legalidade da pretensão", e à trabalhadora avulsa.

Até 1999, o salário-maternidade era pago diretamente pelas empresas. Com a aprovação de Lei nº 9.876, o pagamento passou a ser feito diretamente pelo INSS. A mudança ocorreu após uma série de denúncias de corrupção na concessão do benefício. O governo agora assegura que, com a criação de novos mecanismos de fiscalização e controle, o pagamento pode voltar a ser feito pelos empregadores.

Rosevelt Pinheiro

Luiz Otávio quer participação do Brasil na reconstrução do Iraque

O governo brasileiro deve participar da reconstrução do Iraque com a exportação de serviços e produtos em troca de petróleo, defendeu o senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Ele sugeriu ao presidente Lula que o Brasil assumira uma posição que vá além do amparo humanitário ao país recém-saído da

guerra. Na opinião do senador, o bom trânsito diplomático entre os dois países, construído historicamente e consolidado com o posicionamento do governo brasileiro contra a guerra, favorece a entrada do Brasil no mercado iraquiano.

Luiz Otávio, que é membro titular da Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, apresentou um quadro histórico das relações diplomáticas entre Brasil e Iraque e sugeriu ao presidente que articule junto à Organização das Nações Unidas, aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha a participação do país na reconstrução da infra-estrutu-

ra e economia iraquianas.

– O Brasil é o único país da América Latina com histórico de relações bilaterais especiais com o Iraque. Foi um dos maiores parceiros do país na década de 80 – afirmou o senador, lembrando que no Brasil vive a segunda maior população árabe do mundo.



Célio Azeredo



RAZÕES Tião Viana admitiu dificuldades atuais, mas lembrou crise que governo encontrou

Viana diz que Brasil está no caminho certo

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), contestou as críticas da oposição sobre a existência de pessimismo generalizado na sociedade brasileira. Ele argumentou ontem que as pesquisas de opinião mostram ser sólido o apoio ao governo e ao presidente Lula, que “está sendo internacionalmente consagrado como nova personalidade política da América Latina”.

O senador admitiu que o país atravessa uma fase de estagnação econômica e o desemprego está em ascensão, mas garantiu ser uma situação passageira, derivada da profunda crise que o governo Lula encontrou e conseguiu reverter: dólar a R\$ 4, risco Brasil recorde e ausência de linhas de crédito para exportações.

Tião Viana considerou normal a existência de negociações sobre a reforma da Previdência e assegurou que a greve dos servidores não assusta o PT, habituado a lidar com elas nas prefeituras que governou. Para ele, pressões são legítimas e, no final, vai se chegar a um bom acordo, garantiu.

Compromissos

Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) argumentou que falar de pessimismo generalizado na sociedade pode ser um exagero, mas certamente há muita gente preocupada com os rumos do governo, que contrariam compromissos explícitos assumidos pelo PT em 23 anos de existência.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) reconheceu ser necessário modificar a Previdência, mas afirmou que essa reforma não pode ser feita pelos governadores.

Para o vice-líder do governo no Congresso, senador Hélio Costa (PMDB-MG), o governo Lula está no rumo certo.

Para Mercadante, viagem de Lula foi um “êxito”

■ Líder do governo rebate críticas da oposição e afirma que presidente causou boa impressão na Europa

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), rebateu ontem as críticas da oposição ao “estilo demasiadamente descontraído” do presidente Lula durante sua viagem a Londres, citando palavras do diretor da London School of Economics (LSE), Anthony Giddens, segundo o qual Lula “impressionou favoravelmente professores e estudantes, sendo um líder capaz de mudar o Brasil e o mundo”.

Para Mercadante, a política externa foi o setor que mais

avançou nesses seis meses de governo. Ele citou o resgate da democracia na Venezuela, a recomposição do Mercosul e da relação com a Argentina e o bom entendimento com o Pacto Andino como provas eloquentes desse êxito.

Mercadante afirmou que a força de Lula é “representar o novo e a cara da maioria do povo brasileiro”. Ele comparou a novidade que representou o governo de Nelson Mandela na África do Sul, que conseguiu acabar com o *apartheid* racial, à que Lula fará no Brasil, acabando com o *apartheid* social.

Para o líder do governo, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos vão bem, depois da inédita reunião de cúpula incluindo a participação de ministros dos dois países.

– É verdade que Lula deixou claro não aceitar o fim do multilateralismo que o governo Bush quis impor, com a guerra do Iraque contrariando as decisões das Nações Unidas. Trabalharemos para integrar o Conselho de Segurança, porque temos 150 anos de paz com os vizinhos para apresentar como credencial. O mundo se prepara para dar nova importância às Nações Unidas e o primeiro-ministro Tony Blair já manifestou apoio à nossa pretensão – concluiu Mercadante.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a dizer que Lula deve falar menos e de maneira mais ponderada.

Também em apertes, os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Roberto Saturnino (PT-RJ) defenderam o governo Lula.



EXAGERO Ideli citou declarações como exemplo das críticas exacerbadas feitas a Lula

Ideli contesta críticas de Bornhausen

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) contestou ontem declarações do presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), dadas ao jornal *Diário Catarinense*, em que ele atribuiu nota zero ao governo Lula.

– Fiquei curiosa em saber que nota ele daria ao seu próprio segmento político, pelos anos, décadas e até séculos em que esteve governando o Brasil.

Para a senadora, esse é um exemplo das críticas exacerbadas e injustas que muitos setores vêm fazendo ao governo. Ela referiu-se particularmente às críticas por Lula ter usado o boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por declarações do presidente sobre sua disposição inarredável de fazer as reformas, que foram interpretadas como ingerência na independência entre os três Poderes.

Segundo Ideli, é interessante observar que, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, apresentou uma proposta alternativa de reforma previdenciária, que estava e está sob comando do Congresso, ninguém considerou a iniciativa uma ingerência indevida nas prerrogativas do Legislativo.

A senadora disse que a proposta do STF serve aos magistrados, mas não pode ser considerada como a melhor para todos os servidores. Ela observou que, para professores e outros funcionários com baixos salários, não interessa trabalhar mais para obter aposentadoria integral, é preferível se aposentar logo e abraçar nova atividade profissional.

Para Ideli, a proposta mais justa para todos os servidores públicos parece ser a de assegurar o pagamento de aposentadoria proporcional aos vários estágios da carreira.

Virgílio denuncia fisiologismo no INSS

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), leu da tribuna, ontem, reportagem do jornal *Correio Braziliense* segundo a qual o servidor que foi diretor de sindicato, associação de classe ou ONG leva vantagem no processo de seleção ao cargo de gerente-executivo das agências da Previdência Social, conforme edital do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o líder, esse fato é escandaloso e representa o desmonte do serviço público.

– É um espetáculo de fisiologismo, o desestímulo a que se faça carreira e se invista na mão-de-obra intelectualizada do serviço público – definiu.

De acordo com a reportagem, o exercício de atividade sindical vale o mesmo que um curso superior, cinco vezes mais que uma especialização, ou três vezes mais que um mes-



ESCÂNDALO Virgílio acha que critérios de edital representam o “desmonte do serviço público”

trado ou doutorado, conforme o edital.

O discurso motivou vários apertes. O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que o assunto levado ao Plenário pelo líder do PSDB era “irrespondível”. Eduardo Azevedo (PSDB-MG) afirmou que o edital do INSS era um des-

tímulo ao estudo, e a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a diretora de Recursos Humanos do INSS, a ex-deputada distrital Lúcia Carvalho, do PT do Distrito Federal. Já o líder do PFL, senador José Agripino (RN), manifestou sua surpresa com a denúncia.

Em outro trecho do discurso, Arthur Virgílio criticou declarações feitas pelo presidente Lula na viagem à Europa. Para o senador, o presidente fez um jogo “até perigoso” ao longo dos últimos colóquios ocorridos na viagem.

– Não pago imposto para o presidente da República falar “meio brincando” no exterior. A continuar assim, Sua Excelência quebrará em breve o encanto que ainda existe na Europa. E se a figura do presidente se vulgarizar, ele passará a ser visto como figura menor.

Capiberibe e Azevedo integram delegação brasileira da Alca

O senador João Capiberibe (PSB-AP) relatou ontem a sua participação e a do senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG) na 14ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), entre 6 e 11 de julho, em El Salvador. Ele disse que, embora as relações do Brasil com o Mercosul estejam consolidadas, “é indiscutível o peso do mercado americano para nossas exportações”.

Pela primeira vez, o governo convidou parlamentares para integrar, como observadores oficiais, a delegação na Alca. Capiberibe afirmou que a sociedade brasileira ainda não se deu conta da importância crucial das negociações em torno da formação da Alca para o futuro social e econômico do país.

Eduardo Azevedo elogiou as iniciativas de incluir o Legislativo no processo de negociações da Alca.



ALERTA Sociedade ainda não percebeu a importância da Alca para o país, disse Capiberibe



Waldemir Rodrigues

NEGOCIAÇÃO Paulo Paim crê em mudanças debatidas com servidores públicos

Paim: reforma da Previdência será modificada

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), garantiu ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva não vai recluir dos termos da negociação feita com servidores públicos e integrantes do Poder Judiciário, na semana passada, modificando aspectos do projeto da reforma previdenciária. Para o senador, a proposta original do governo não passará no Congresso.

Segundo Paim, não é função dos governadores opinar sobre os termos da reforma previdenciária, pois constitui tarefa constitucional exclusiva de deputados e senadores negociar e aprovar os textos das reformas. Ele lembrou que o próprio presidente Lula, ao entregar pessoalmente a proposta do governo ao Congresso, disse que cabe ao Legislativo a tarefa de negociar entre as partes e decidir sobre o teor das reformas.

FGTS

Paulo Paim manifestou também sua satisfação diante da decisão do governo de desburocratizar o recebimento de créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A medida vai possibilitar, a partir do próximo dia 23, que 627 mil trabalhadores que têm ação na Justiça requerendo a correção do FGTS por perdas dos planos Verão e Collor I possam receber seus créditos, desde que desistam de suas respectivas ações judiciais.

O parlamentar gaúcho explicou que, graças ao decreto assinado pelo vice-presidente da República, José Alencar, e pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, foi possível antecipar o pagamento a que têm direito esses trabalhadores, sem que seja necessário esperar pela homologação da Justiça, exigência que estava atrasando o processo de pagamentos.

Agripino cobra de Lula compromisso de campanha

Senador questiona se viúvas votariam em Lula se soubessem de suas propostas para a Previdência

O senador José Agripino (PFL-RN) ocupou ontem a tribuna para perguntar se as viúvas e aposentados que votaram em Luiz Inácio Lula da Silva para presidente ainda manteriam seu voto.

– Será que a viúva que votou em Lula ainda votaria se ele dissesse, na campanha: "Vote em mim, viúva. Você, em meu governo, vai valer 30% a menos. Vote em mim, aposentado, porque quando eu for presidente você vai valer 11% a menos. Vote em mim, porque eu serei o presidente do seu coração" – questionou.

A indagação de Agripino foi formulada em discurso no qual comentou a declaração do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto, que declarou à imprensa ter sido vítima de um "estelionato eleitoral". Segundo os meios de comunicação,



Waldemir Rodrigues

COBRANÇA Eleitores esperam coerência com a história do PT, afirmou José Agripino

o ministro afirmou que nem ele nem outro juiz teria votado no presidente Lula se ele, na campanha, tivesse a mesma postura manifestada após assumir o poder, a favor do fim da integralidade dos salários dos magistrados.

O senador disse conhecer "há vários anos" o ministro Francisco Fausto, potiguar como ele. Qualificou-o como homem atento e afirmou que a sensação de ter sofrido estelionato advém da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, enviado ao Congresso por Fernando Henrique Cardoso. A matéria propunha a criação de fun-

dos complementares de aposentadoria e "sinalizava, evidentemente, o fim da integralidade", conforme comentou Agripino.

– O ministro conheceu com certeza o projeto e tomou conhecimento de que ele não foi votado porque o Partido dos Trabalhadores obstaculizou, impediu em todos os momentos, ficou contra e sinalizou para o ministro Francisco Fausto e para todos os brasileiros que era a favor da integralidade – observou Agripino.

Para o senador, Lula venceu a eleição prometendo ruptura com o Fundo Monetário Internacional, com cartas de proteção aos aposentados, às viúvas, e com sua história de 20 anos de luta, "que é a história do PT, hoje cobrada por funcionários públicos". Líder do PFL, ele disse que seu partido "faz oposição por resultados", sempre buscando o entendimento para obter ganhos para a sociedade.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou que Lula venceu as eleições porque usou o jargão da mudança a qualquer preço, "sem estar estribado em dados sociais".

Para Efraim, governo tem posição hesitante

"Estamos diante daquilo que o saudoso Stanislaw Ponte Preta chamava de o samba do crioulo doido." Assim o senador Efraim Morais (PFL-PB) classificou as negociações do governo em torno da proposta de reforma da Previdência que está tramitando na Câmara dos Deputados. O senador, líder da minoria no Senado, pediu ao relator da reforma na comissão especial da Câmara, deputado José Pimentel (PT-CE), que adiasse a leitura do seu parecer, que estava prevista para hoje.

– Como pode a sociedade se posicionar diante de tamanha confusão? – perguntou o senador pela Paraíba.

Efraim lembrou que até a semana passada o governo tinha uma proposta de reforma da Previdência baseada em alguns fundamentos, como a universalidade do sistema, fim da paridade entre servidores públicos ativos e inativos e aumento da idade-limite de aposentadoria. Mas, salientou o senador, após encontro entre o presi-



Waldemir Rodrigues

FRAGILIDADE Efraim Morais diz que governo mostrou-se vulnerável a pressões

dente da República e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, que entregou proposta alternativa, "tudo mudou".

– Subitamente, personagens influentes do governo, inclusive aqui no Congresso Nacional, passaram a propagar que tudo mudara. Já seria possível ceder em pontos antes considerados cláusulas pétreas da proposta governista. Mais do que isso, os jornais informaram que as contas iniciais feitas por técnicos do governo mostravam que era possível ceder e ainda haver

um ganho contábil. Bastava aumentar o tempo de contribuição – observou.

O senador disse ainda que, quando imaginava que a proposta original iria para o lixo, novamente ocorreu outra reviravolta. Os governadores reagiram, o mercado reagiu, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, questionou as contas iniciais e o diretório nacional do PT aprovou resolução obrigando seus parlamentares a votarem a proposta original.

– Num passe de mágica, desapareceu a proposta do ministro Maurício Corrêa e as soluções fantásticas que continha viraram pó. O que posso deduzir de tudo isso é que o governo mostrou-se, de um lado, vulnerável a pressões; e, de outro, revelou pouca convicção em relação às próprias idéias, expondo-as a uma reviravolta inusitada. Como pode o governo esperar que nós, da oposição, hipotequemos apoio à sua proposta, se ele próprio hesitou diante dela? – questionou.



Jane de Araújo

OPORTUNIDADE Aloizio Mercadante observa que colegiado já não é necessário

Líderes desistem de criar comissão

O Senado não vai mais instalar a comissão mista que teria por objetivo servir de mediadora entre as duas Casas do Congresso Nacional para buscar um consenso nas reformas previdenciária e tributária. A decisão foi tomada ontem pelas lideranças no Senado, em reunião presidida pelo senador José Sarney.

Após a reunião, o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), comunicou que a criação da comissão não tinha mais sentido, uma vez que as duas propostas em debate na Câmara dos Deputados já estão em fase de apresentação dos respectivos relatórios.

– Acredito que os senadores vão preservar seu papel regimental e constitucional de receberem os projetos votados na Câmara e promoverem as mudanças que julgarem necessárias. Caso contrário, será homologada a decisão – observou Mercadante.

O líder do PFL, José Agripino (RN), ponderou que criar a comissão no atual momento seria desgastante, principalmente para o Senado.

Antero destaca artigo sobre rumos do PT

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitou a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo do jornalista Clóvis Rossi intitulado "Ele tem força. E só", publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 1º de julho. O colunista aborda o que chama de "comportamento radical" adotado pelo presidente do PT, José Genoino, em relação aos chamados radicais do partido.

Segundo Clóvis Rossi, em nenhum momento a reforma da Previdência Social foi detalhada aos eleitores. Agora, no entanto, a mudança passou a ser pretexto para a expulsão dos "mal chamados radicais".

Ana Júlia registra o 61º aniversário do Basa

O 61º aniversário do Banco da Amazônia S.A. (Basa), no último dia 9, foi registrado ontem em Plenário pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ela informou que a revista *Exame* deste mês situa o Basa como o 25º maior banco do país, algo, em sua opinião, "a ser comemorado, principalmente depois que gover-

nantes neoliberais tudo fizeram para desacreditar instituições públicas, inclusive bancos públicos".

Ana Júlia lembrou que o banco foi criado com o nome de Banco de Crédito da Borracha S.A. (BCB), com a missão de estimular a proteção e comercialização da borracha natural, então matéria-prima estratégica para as forças aliadas durante a 2ª

Guerra Mundial. E que, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social como o agente financeiro do governo federal para a região, o banco recebeu sua atual denominação em 1966.

A senadora destacou novas fontes de financiamento da instituição e a prioridade dada pelo Basa à redução das desigualdades regionais.

Por tudo isso, observou, seu discurso não era mera formalidade política movida por sentimento bairrista ou corporativo, mas um registro de quem vê "que novos ventos estão soprando no rumo de uma rica, longínqua e esquecida região, dando-lhe, finalmente, a oportunidade de experimentar um desenvolvimento como nunca antes experimentara".



OPORTUNIDADE Para Ana Júlia, Amazônia deve alcançar desenvolvimento inédito



PENÚRIA Leonel Pavan observa que prefeitos são obrigados a se deslocar para Brasília

Pavan acusa governo de reter repasses

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) propôs ontem que senadores e deputados federais se unam para sensibilizar o governo federal a cumprir os prazos de liberação dos recursos orçamentários. Em comunicação inadiável, o parlamentar também acusou o governo federal de reduzir o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mesmo com uma arrecadação 30% maior do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), aos quais o FPM está vinculado.

O representante catarinense lamentou que todas as semanas prefeitos tenham de se deslocar até Brasília em busca dos recursos retidos do Orçamento. Para ele, com isso dificilmente o país recuperará o crescimento da economia.

Pavan disse que o repasse do FPM aos municípios vem sendo sistematicamente reduzido. Este mês, acrescentou, a redução pode chegar a 45%.

Também o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estadual, foi reduzido, em decorrência da diminuição de aproximadamente 10% na arrecadação desse tributo, completou o senador.

Valadares critica redução de recursos para a saúde

■ Senador promete lutar contra proposta defendida por governadores do Nordeste

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) condenou proposta contida na Carta de Teresina, subscrita pelos governadores do Nordeste, favorável à desvinculação dos recursos estaduais. Ele anunciou ontem sua disposição de lutar pela manutenção da garantia constitucional de aplicação de recursos pela União, estados e municípios no setor de saúde.

O senador leu documento em que a Frente Parlamentar da Saúde repudia toda e qualquer proposta apresentada no contexto da reforma tributária que pretenda retirar recursos orçamentários destinados às



VINCULAÇÃO Valadares reitera posição de parlamentares em favor de verbas para área social

áreas sociais – saúde, educação e seguridade.

No documento, aprovado no último dia 2, a Frente Parlamentar da Saúde, integrada por 200 deputados federais e 18 senadores, afirma que a saúde

pública acumulou, durante décadas, uma enorme dívida para com a nação brasileira. E que o resgate dessa dívida obteve importante avanço com a aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que assegura os recursos mínimos para o financiamento dos serviços de saúde.

A frente considera que as propostas de desvinculação de 20% das receitas da União, dos estados e dos municípios "golpeiam mortalmente os setores sociais do país, retirando, em 2004, R\$ 12 bilhões da saúde e R\$ 16 bilhões da educação". E anuncia que não permitirá que reuniões fora do âmbito do Congresso pressionem os parlamentares.

Valadares foi aparteado por João Capiberibe (PSB-AP), Augusto Botelho (PDT-RR), Roberto Saturnino (PT-RJ), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Mão Santa: saúde exige investimentos

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem a manutenção da obrigatoriedade constitucional de investimento de 25% dos recursos orçamentários em saúde, que foi garantida pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Segundo ele, a negociação entre os governadores e o Executivo federal para acabar com essa obrigatoriedade deve ser combatida pelo Congresso.

– É um desrespeito tramar para enterrar a Emenda 29, que garante saúde para o povo do Brasil – protestou.

Mão Santa lembrou a luta do ex-ministro da Saúde Adib Jatene para conseguir mais recursos para o setor com a Contribuição Provisória sobre Mo-



VEEMÊNCIA Mão Santa considera "desrespeito tramar para enterrar a Emenda 29"

vimentação Financeira (CPMF), e a sua posterior frustração, quando os recursos foram desviados para outros fins.

Em aparte, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da

Emenda 29, disse que, na época, contou com a ajuda dos parlamentares e dos governadores para garantir saúde aos mais pobres. Para Valadares, ao defender os recursos vinculados à área, o senador Mão Santa está "agindo como homem bom que não se omite".

Valdir Raupp (PMDB-RO) observou que Rondônia está enfrentando sérias dificuldades na área de hemodiálise, com mortes quase diárias. Ele solidarizou-se com Mão Santa e associou-se aos que defendem a manutenção dos recursos para saúde e educação.

Mão Santa ainda leu carta de um médico piauiense que relata as dificuldades enfrentadas pelos hospitais conveniados.

Raupp aplaude verbas para infra-estrutura

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) saudou em Plenário notícia publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual, nos próximos quatro anos, o governo federal investirá R\$ 400 bilhões em infra-estrutura, em especial nas áreas de energia, telecomunicações e logística e transporte. Raupp comemorou a construção, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, no estado de Rondônia, e de Belo Monte, no Pará.

– A capital de Rondônia, Porto Velho, fica a poucos quilômetros da futura usina do Rio Madeira, e será beneficiada com a criação de 20 mil empregos diretos. Quero cumprimentar o presidente da República pela disposição de retomar os investimentos em infra-estrutura.

Segundo o senador, os estudos serão apresentados nesta semana pelo presidente do BNDES, Carlos Lessa, ao presidente Lula. Os recursos para a construção de hidrelétricas na Região Norte devem chegar a R\$ 38 bilhões, e as usinas gerarão 7 mil megawatts anualmente, atingindo a metade do que é produzido por Itaipu.



AVANÇO Valdir Raupp diz que usinas no Norte deverão gerar metade do que produz Itaipu

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Heráclito Fortes